

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.709, DE 2000

Dispõe sobre a divulgação à população de informações sobre os Fundos Constitucionais.

Autor: Deputado SILAS CÂMARA

Relator: Deputado PAULO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.709, de 2000, dispõe que o Poder Executivo divulgará trimestralmente nos jornais de circulação nacional e exporá nos locais públicos de fácil acesso todos os dados e informações globais relativos à programação e à execução orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, do Fundo Nacional de Saúde, do Fundo Partidário e dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A Comissão de Finanças e Tributação se pronunciou pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 3.709, de 2000, e, no mérito, por sua aprovação.

Chega em seguida a matéria a este Colegiado, onde se lança o presente parecer.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão examinar as proposições quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, consoante a alínea a do inciso IV do art. 32 do Regimento Interno desta Casa.

A iniciativa do processo legislativo coube, no caso, a um Parlamentar. A matéria, porém, é tipicamente administrativa, pois se insere na esfera da Administração. O próprio enunciado do art. 1º do Projeto obriga o Poder Executivo à publicação dos dados e informações globais relativos à programação e à execução orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, do Fundo Nacional de Saúde, do Fundo Partidário e dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A alínea a do inciso VI do art. 84 da Constituição Federal dá ao Presidente da República o poder de dispor, mediante decreto, sobre funcionamento da administração federal, quando não houver aumento de despesa.

No caso do Projeto, haverá aumento de despesas com os gastos com a publicação. Nessa hipótese, a matéria deve ser disciplinada por lei, de iniciativa do Poder Executivo. Aceitar o contrário, seria admitir que o Poder Legislativo pode conduzir toda a política do Poder Executivo. Para isso bastaria tão-somente criar obrigações para esse Poder, por meio de imposição de leis.

O instrumento técnico de iniciativa de parlamentar que poderia ser utilizado com o fim de sugerir ao Poder Executivo a publicação trimestral de dados relativos aos Fundos descritos no Projeto de Lei nº 3.709, de 2000, é a indicação (Art. 113, I, do Regimento Interno da Casa).

Considerando a inconstitucionalidade evidente do Projeto, deixo de examiná-lo, quanto à juridicidade e à técnica legislativa.

Ante o exposto, voto pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 3.709, de 2000.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado PAULO MAGALHÃES
Relator